

CADERNO DE QUESTÕES

CARGO:
GUARDA MUNICIPAL

DATA: 06/11/2022

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- ✎ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ✎ As questões estão assim distribuídas:
 - LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
 - RACIOCÍNIO LÓGICO: 11 a 20
 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ✎ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ✎ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta escrita grossa**.
- ✎ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que segue e responda às questões de 01 a 10.

Precisamos lavar verduras, legumes e frutas antes de comer?

01 Após comprar frutas, legumes e verduras, você é daquele tipo que come imediatamente ou daqueles
02 que preferem lavar antes de consumir?

03 Nos últimos anos, uma conscientização maior em relação aos germes deixou muitos de nós
04 cautelosos com a limpeza dos alimentos frescos — e agora há vários produtos de higienização no mercado
05 para ajudar nesse trabalho.

06 Mas, em primeiro lugar, será que realmente precisamos lavar alguma fruta, legume ou verdura?

07 A resposta é sim, de acordo com o cientista de alimentos Stuart Farrimond.

08 “A coisa certa a fazer é lavar suas frutas, legumes e verduras porque pode haver muitos patógenos
09 nocivos e perigosos, bactérias que podem ser prejudiciais”, afirmou o especialista ao programa de rádio
10 Mornings, da BBC.

11 “Você não sabe quem manuseou isso, você não sabe quais bactérias e quais germes estão no solo e
12 até mesmo se foi lavado antes de chegar ao supermercado.”

13 Farrimond lembra que vale a pena lavar frutas, legumes e verduras porque pode haver resíduos
14 remanescentes de pesticidas em suas superfícies.

15 “Algumas frutas como laranja e melão, por exemplo, não importa o que você faça, ainda haverá
16 agrotóxicos dentro delas, o que é meio deprimente. Os pesticidas que pulverizam sobre eles são chamados de
17 sistêmicos, então passam por toda a planta, e por isso estão no seu interior.”

18 “Coisas como uvas, morangos, folhas de salada, vão ter alguns resíduos de pesticidas na superfície. E
19 então [nestes casos] vale a pena lavar porque você vai conseguir tirar um pouco.”

20 Com inúmeros produtos no mercado, será que vale a pena investir em uma ajudinha extra para se
21 livrar dos germes?

22 De acordo com Farrimond, não.

23 “Não use nenhum tipo de spray ou qualquer tipo de sabão... Porque isso, na verdade, está
24 adicionando mais produtos químicos às suas frutas, legumes e verduras”, adverte.

25 “Da mesma forma que você não gostaria de usar detergente na maçã, porque quando você come,
26 pode sentir um pouco o gosto de detergente.”

27 “Você não precisa de mais nada além de água corrente e esfregar o produto.”

28 Se o alimento for consumido cru, algumas instituições, como o Ministério da Saúde, recomendam
29 mergulhá-los numa bacia que tenha uma mistura de água e hipoclorito de sódio por cerca de 15 minutos.
30 Depois, basta lavar em água corrente e secar antes de comer ou de guardar na despensa ou na geladeira,
31 dependendo do alimento.

32 Para cada litro d'água deve-se acrescentar uma colher de sopa de hipoclorito, orientam os
33 especialistas.

34 Você pode encontrar esse produto à venda em feiras livres, supermercados, farmácias e hortifrutis. Ele
35 também está disponível gratuitamente em alguns postos de saúde.

36 Esse rito de limpeza não precisa ser seguido à risca nos vegetais que são descascados e cozidos,
37 como a batata e a mandioca. O próprio fogo já vai eliminar os micro-organismos potencialmente danosos.

38 Muitas vezes, os produtos frescos são rotulados como “lavados e prontos para comer” — nestes
39 casos, será que realmente precisamos colocá-los embaixo da torneira também?

40 “Nós provavelmente deveríamos”, recomenda Farrimond.

41 Ele observa que não podemos saber se a lavagem foi realizada em ambiente estéril ou se o item foi
42 colocado na água e manuseado novamente.

43 “Se você quer ter segurança, eu diria que lave”, acrescenta.

44 “Em última análise, lavar vai te ajudar, [embora] não elimine todos os riscos de tudo.”

Precisamos lavar verduras, legumes e frutas antes de comer? Disponível em: [Precisamos lavar verduras, legumes e frutas antes de comer?](#) - [BBC News Brasil](#) / Acesso em 30 de agosto de 2022 (com alterações).

01. É possível afirmar, a partir da leitura do texto, que

- (A) não adianta em nada lavar laranja e melão, pois sempre estarão contaminados, até mesmo externamente.
- (B) os produtos com o rótulo "lavados e prontos para comer" não devem ser lavados em hipótese alguma, pois já estão prontos para o consumo.
- (C) apenas uvas, morangos, folhas de salada devem ser lavados, pois somente deles se podem extrair resíduos.
- (D) a ação de lavar os alimentos é importante, ainda que não haja a eliminação de todos os riscos.
- (E) a batata e a mandioca, ainda que descascadas e cozidas, não podem prescindir dos ritos de limpeza.

02. A partir do trecho “Nos últimos anos, uma conscientização maior em relação aos germes deixou muitos de nós cautelosos com a limpeza dos alimentos frescos — e agora há vários produtos de higienização no mercado para ajudar nesse trabalho” (linhas 03 a 05), julgue os itens abaixo:

- I. A vírgula após o vocábulo ‘anos’ se justifica porquanto separa uma expressão adverbial de tempo;
- II. A troca do vocábulo ‘germes’ pelo vocábulo ‘bactérias’ exigiria o uso do acento grave antes deste;
- III. A troca da forma verbal ‘há’ pelo verbo ‘existir’ exigiria a flexão de número plural para este último.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Somente o item III está correto.
- (D) Todos os itens estão corretos.
- (E) Todos os itens estão incorretos.

03. O pronome ‘isso’ (linha 11) refere-se a:

- (A) “muitos patógenos nocivos e perigosos”.
- (B) “bactérias que podem ser prejudiciais”.
- (C) “suas frutas, legumes e verduras”.
- (D) “A coisa certa a fazer é lavar”.
- (E) “especialista ao programa de rádio Mornings”.

04. Levando-se em conta o trecho ““Não use nenhum tipo de spray ou qualquer tipo de sabão... Porque isso, na verdade, está adicionando mais produtos químicos às suas frutas, legumes e verduras”, adverte” (linhas 23 e 24), julgue os itens abaixo:

- I. As reticências no trecho podem ser substituídas por uma vírgula, sem a necessidade de qualquer outra alteração no trecho;
- II. O pronome ‘isso’ se refere especificamente ao trecho ‘qualquer tipo de sabão, uma vez que é a expressão mais próxima do pronome;
- III. O uso do acento grave está incorretamente empregado, uma vez que não se pode usá-lo antes de pronome possessivo.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Somente o item III está correto.
- (D) Todos os itens estão corretos.
- (E) Todos os itens estão incorretos

05. A recorrência ao nome de ‘Stuart Farrimond’ (‘Farrimond’) confere ao texto

- (A) um caráter opinativo.
- (B) um caráter descritivo.
- (C) um caráter narrativo.
- (D) um caráter de autoridade.
- (E) um caráter apelativo.

06. A expressão “ambiente estéril” (linha 41) significa no contexto em que ocorre:

- (A) ambiente infértil.
- (B) ambiente improdutivo.
- (C) ambiente árido.
- (D) ambiente infecundo.
- (E) ambiente asséptico.

07. A paráfrase para o trecho “Você pode encontrar esse produto à venda em feiras livres, supermercados, farmácias e hortifrutis. Ele também está disponível gratuitamente em alguns postos de saúde” (linhas 34 e 35) que mais se aproxima do sentido original e que mantém a correção gramatical é:

- (A) A gente pode encontrar esse produto à venda em diversos espaços públicos, nos quais também estão disponíveis gratuitamente em alguns postos de saúde.
- (B) É possível encontrar esse produto à venda em alguns estabelecimentos comerciais. Tal produto também está disponível, sem custos, em alguns postos de saúde.
- (C) Todos nós podemos encontrar esse produto à venda em atividades comerciais. Ele também está disponível de graça em muitos postos de saúde.
- (D) Tu compras esse produto em feiras livres, supermercados, farmácias e hortifrutis. Ele também, está disponível gratuitamente em alguns postos de saúde.
- (E) Você encontra esse produto na venda em feiras livres, supermercados, farmácias e hortifrutis. Esse produto também, é oferecido gratuitamente em alguns postos de saúde.

08. A partir do trecho “Se o alimento for consumido cru, algumas instituições, como o Ministério da Saúde, recomendam mergulhá-los numa bacia que tenha uma mistura de água e hipoclorito de sódio por cerca de 15 minutos” (linhas 28 e 29), julgue os itens abaixo:

- I. A troca do vocábulo ‘Se’ por ‘Quando’ não altera o sentido do enunciado;
- II. A forma verbal ‘recomendam’ deveria estar no singular, pois concorda com ‘Ministério da Saúde’;
- III. O vocábulo ‘que’ pode ser trocado, sem prejuízo sintático-semântico, por ‘na qual’.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Somente o item III está correto.
- (D) Todos os itens estão corretos.
- (E) Todos os itens estão incorretos.

09. A partir do trecho “Esse rito de limpeza não precisa ser seguido à risca nos vegetais que são descascados e cozidos, como a batata e a mandioca” (linhas 36 e 37), julgue os itens abaixo:

- I. Se fosse utilizada uma vírgula antes do pronome ‘que’, não haveria nenhuma mudança de sentido;
- II. A vírgula utilizada depois da palavra ‘cozidos’ tem valor semântico exemplificativo;
- III. A alteração de número singular para plural da palavra ‘limpeza’ exigiria alteração na concordância da forma verbal ‘precisa’.

Marque a opção CORRETA:

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente o item II está correto.
- (C) Somente o item III está correto.
- (D) Todos os itens estão corretos.
- (E) Todos os itens estão incorretos.

10. A palavra abaixo que segue a mesma regra de acentuação da palavra ‘estéril’ (linha 41) é:

- (A) ‘bactérias’ (linha 09).
- (B) ‘até’ (linha 12).
- (C) ‘Ministério’ (linha 28).
- (D) ‘disponível’ (linha 35).
- (E) ‘também’ (linha 35).

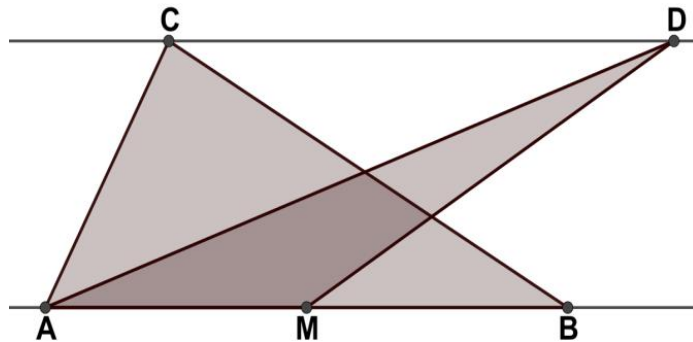
RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Paulo afirmou: “Todo brasileiro é bom de bola”. Seu amigo Martín negou tal afirmação. Marque a opção que expressa CORRETAMENTE a fala de Martín.

- (A) Todos os brasileiros são ruins de bola.
- (B) Nenhum brasileiro é bom de bola.
- (C) Nenhum brasileiro é ruim de bola.
- (D) Existe brasileiro ruim de bola.
- (E) Alguns brasileiros são bons de bola.

12. Na figura ao lado as retas $\overline{AB}$ e $\overline{CD}$ são paralelas e M é o ponto médio do segmento AB . Nestas condições, a razão entre a área do triângulo ABC e a área do triângulo AMD vale:

- (A) $\frac{1}{4}$
- (B) $\frac{1}{2}$
- (C) 1
- (D) 2
- (E) 4



13. Ângelo, Bruno, Carlos, Daniel e Eduardo combinaram de se encontrar no Parque da Cidade. Bruno chegou depois de Daniel e antes de Ângelo. Carlos, Daniel e Eduardo chegaram nessa ordem e um em seguida do outro. O último a chegar foi:

- (A) Ângelo.
- (B) Bruno.
- (C) Carlos.
- (D) Daniel.
- (E) Eduardo.

14. Dadas duas grandezas A e B , tais que “Se $A = 3$, então $B = 5$ ”, é CORRETO concluir que

- (A) “se $A \neq 3$, então $B \neq 5$ ”
- (B) “se $B = 5$, então $A = 3$ ”
- (C) “se $B \neq 5$, então $A \neq 3$ ”
- (D) “se $A \neq 0$, então $B \neq 0$ ”
- (E) “se $A = 6$, então $B = 10$ ”

15. Assinale a opção em que se chega a uma conclusão CORRETA por meio de um processo de dedução lógica.

- (A) Pedro vê um fusca branco, dois fuscas brancos, vários fuscas brancos. Portanto todos os fuscas são brancos.
- (B) Pedro viu dois fuscas brancos. Então, outros fuscas devem ser brancos.
- (C) Pedro viu um fusca. Então, ele é branco.
- (D) Todos os fuscas são brancos. Então, o fusca que Pedro viu é branco.
- (E) Todos os fuscas são brancos. Então o fusca que Pedro viu pode ser branco.

16. Certo restaurante de comida japonesa cobra R\$ 1,00 (um real) por cada peça de sushi. No Dia dos Namorados, o restaurante realizou uma promoção em que, a cada 3 peças compradas, ganhava-se uma de graça. O casal que comeu 45 peças de sushi pagou:
- (A) R\$ 33,00
(B) R\$ 34,00
(C) R\$ 35,00
(D) R\$ 36,00
(E) R\$ 45,00
17. Uma mãe tem três filhas: Ana, Beatriz e Carla. Ana é um ano mais velha que Beatriz e possui metade da idade de Carla. Daqui a dois anos as idades das três irmãs somarão 85 anos. A idade de Ana é:
- (A) 17
(B) 18
(C) 19
(D) 20
(E) 21
18. Um pequeno produtor rural cultiva arroz, feijão e milho. Ao final da safra ele pesa sua produção em uma antiga balança que indica corretamente apenas pesos maiores que 50 kg. Na atual colheita ele pesou o arroz e o milho juntos e obteve 131 kg, pesou também o arroz e o feijão juntos e obteve 149 kg. Por fim, o milho e o feijão pesaram juntos 90 kg. Com base nesses valores, o produtor pode afirmar CORRETAMENTE que:
- (A) todos os itens poderiam ter sido pesados individualmente.
(B) apenas um dos itens não poderia ter sido pesado individualmente.
(C) exatamente dois dos itens não poderiam ter sido pesados individualmente.
(D) nenhum item poderia ter sido pesado individualmente.
(E) os três itens juntos pesam 180 kg.
19. Os símbolos $\otimes$, $\spadesuit$, $\heartsuit$, $\clubsuit$, $\diamond$, $\wp$, foram utilizados para formar a seguinte sequência:
- $\diamond, \clubsuit, \triangle, \heartsuit, \spadesuit, \otimes, \wp, \diamond, \clubsuit, \triangle, \heartsuit, \spadesuit, \otimes, \wp, \diamond, \clubsuit, \triangle, \heartsuit, \spadesuit, \otimes, \wp, \diamond, \dots$
- Na posição de ordem 2022 da sequência o símbolo que aparecerá é:
- (A)
(B)
(C)
(D)
(E)
20. Levi listou em seu caderno todos os números inteiros de 10 a 99. Quantos números da lista de Levi são tais que, invertendo a ordem de seus algarismos, Levi obtém um número maior que o número original?
- (A) 27
(B) 28
(C) 36
(D) 45
(E) 54

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

21. Conforme os dispositivos constitucionais definidos para a administração pública e servidores públicos, marque a opção CORRETA:
- (A) São princípios constitucionais da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da finalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e da eficiência.
 - (B) Serão exercidas as funções de confiança e os cargos em comissão, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.
 - (C) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - (D) É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo, desde que o somatório das vantagens não ultrapasse o limite remuneratório previsto na Constituição.
 - (E) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público, estável ou não, será remanejado para outro cargo equivalente ao que antes ocupava, com a remuneração proporcional ao tempo de serviço, adequada às suas novas atribuições.
22. Sobre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque a opção CORRETA:
- (A) A manifestação do pensamento é livre, assegurando-se o anonimato para preservar a moral ou a imagem.
 - (B) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
 - (C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou por determinação judicial, qualquer que seja a hora.
 - (D) A lei só poderá retroagir para benefício do infrator ou autor da ação.
 - (E) A lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais, os quais são de interesse social.
23. De acordo com o Artigo 144, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Assim, conforme o Artigo 144, da Carta Magna brasileira, marque a opção CORRETA sobre os órgãos da segurança pública e suas respectivas destinações constitucionais:
- (A) A Polícia Federal destina-se, dentre outras atribuições, a prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
 - (B) A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias e ferrovias federais.
 - (C) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária, com a respectiva apuração de todas as infrações penais.
 - (D) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabem a segurança dos estabelecimentos penais e o policiamento ostensivo para captura de presos foragidos.
 - (E) As guardas municipais destinam-se à proteção de seus bens, serviços e instalações, através do policiamento ostensivo fardado, conforme dispuser a lei.

24. São direitos políticos estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, EXCETO:
- (A) O exercício da soberania popular pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
 - (B) A opção para os maiores de setenta anos do alistamento eleitoral e do voto.
 - (C) a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador, como condição de elegibilidade, na forma da lei.
 - (D) A inelegibilidade, no território de jurisdição do titular, do cônjuge e dos parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (E) A perda ou suspensão de direitos políticos no caso de condenação criminal ainda não transitada em julgado.
25. A Administração Pública Direta é formada por órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, enquanto a Administração Pública Indireta compreende as Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas. Nesse sentido, o Banco do Brasil é considerado ente da Administração Pública Indireta pertencente à categoria de:
- (A) Autarquia.
 - (B) Empresa Pública.
 - (C) Sociedade de Economia Mista.
 - (D) Fundação Pública.
 - (E) Consórcio Público.
26. A obrigação imposta ao Estado de reparar danos causados a terceiros em decorrência da ação ou omissão de seus agentes, denomina-se:
- (A) Responsabilidade civil do Estado.
 - (B) Ação de indenizar do Estado.
 - (C) Ação regressiva do Estado.
 - (D) Obrigação de fazer do Estado.
 - (E) Ação subjetiva do Estado.
27. Conforme as disposições atinentes aos atos administrativos, marque a opção INCORRETA:
- (A) A competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto são requisitos dos atos administrativos.
 - (B) Os atos normativos, ordinários, negociais e enunciativos são espécies de atos administrativos.
 - (C) A revogação é forma de extinção de ato administrativo legal que por questões de conveniência e oportunidade, não interessa mais a Administração.
 - (D) A finalidade e o motivo são requisitos dos atos administrativos que podem ser convalidados.
 - (E) Os atos administrativos eivados de vícios que os tornam ilegais devem ser anulados.
28. Com relação aos poderes administrativos, marque a opção CORRETA:
- (A) O poder vinculado é aquele que permite a administração a atuar de acordo com sua conveniência e oportunidade.
 - (B) O poder discricionário obriga a administração a agir conforme requisitos e formas expressos em lei.
 - (C) O poder hierárquico consiste na função de punir as infrações cometidas por condutas dos servidores.
 - (D) O poder regulamentar tem por objetivo ordenar e coordenar as funções da administração.
 - (E) O poder de polícia visa assegurar o bem-estar da sociedade por meio da fiscalização e controle de atividades individuais que possam ser prejudiciais à coletividade.

29. Acerca da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, analise as opções abaixo e marque a CORRETA:
- (A) Entendem-se, por educação ambiental, os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.
 - (B) Destaca-se o princípio da organização sistemática dos biomas, dentre os princípios básicos da educação ambiental.
 - (C) Tem-se como um dos objetivos fundamentais da educação ambiental a garantia de continuidade e permanência do processo educativo.
 - (D) Entende-se por educação ambiental, na educação escolar, aquela desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando somente a Educação Básica e a Educação Superior.
 - (E) A educação ambiental será implantada como disciplina específica no currículo de ensino, voltando-se para as práticas educativas integradas as questões ecológicas.
30. Com relação aos princípios do direito ambiental, marque a opção INCORRETA:
- (A) O princípio da prevenção visa prevenir a ocorrência de riscos conhecidos e previsíveis de danos irreversíveis ao meio ambiente, evitando-se a degradação ambiental.
 - (B) O princípio da precaução antecede ao princípio da prevenção, dispondo que quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis ao meio ambiente, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.
 - (C) O princípio do poluidor pagador exige que o poluidor identificado arque com as despesas relativas aos custos das medidas de prevenção e controle da poluição, procurando assegurar a reparação econômica de um dano ambiental quando não foi possível evitá-lo.
 - (D) O princípio do desenvolvimento sustentável reflete no desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas e sociais de uma nação, desde que ocorram dissociadas de ações que afetem a preservação ambiental, a qual deve ser garantida em sua plenitude pelo Estado.
 - (E) O princípio da participação garante a participação apropriada a todos os cidadãos interessados, através de informações relativas ao meio ambiente, bem como a oportunidade de participação popular nas decisões afeitas às questões ambientais.
31. Com fundamento na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, marque a opção CORRETA:
- (A) As pessoas jurídicas não podem ser responsabilizadas penalmente nos casos em que a infração ambiental seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
 - (B) Uma das circunstâncias que atenuam a pena nas infrações ambientais é o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente.
 - (C) Os instrumentos utilizados na prática da infração não poderão ser vendidos, tampouco deve ser garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.
 - (D) Os animais apreendidos em decorrência de infração ambiental não podem ser entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados.
 - (E) Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa poderá ser formulada sem que tenha havido a prévia composição do dano ambiental.

32. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público, EXCETO:
- (A) Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético.
 - (B) Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, ao qual se dará publicidade.
 - (C) Combater as práticas desportivas cruéis que utilizem animais, decorrentes de manifestações culturais, ainda que registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.
 - (D) Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
 - (E) Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
33. A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, é conhecida como “Lei de Drogas”. Sobre as disposições legais contidas na referida norma, é CORRETO afirmar que
- (A) compete aos Estados elaborar objetivos, ações estratégicas, metas, prioridades, indicadores e definir formas de financiamento e gestão das políticas sobre drogas.
 - (B) dentre os princípios e diretrizes concernentes às atividades de prevenção do uso indevido de drogas, observa-se o investimento em alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais, entre outras, como forma de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida.
 - (C) a internação involuntária de dependente de drogas é aquela que se dá sem o consentimento do dependente, a pedido de familiar ou do responsável legal, não podendo ocorrer na absoluta falta de algum destes, ainda que se constate a existência de motivos que justifiquem a medida.
 - (D) o acolhimento do usuário ou dependente de drogas na comunidade terapêutica acolhedora pode ocorrer na forma de internação compulsória.
 - (E) quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido à pena de detenção, de seis meses a um ano, e multa.
34. Com base na Lei nº 13.869, de 05 de setembro de 2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, marque a opção INCORRETA:
- (A) Um dos efeitos da condenação previstos na Lei de abuso de autoridade corresponde à inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
 - (B) As penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas na Lei de abuso de autoridade são a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.
 - (C) Quem deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal incorre em crime de abuso de autoridade.
 - (D) O agente que constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda, comete delito previsto na lei de abuso de autoridade.
 - (E) O crime de violência institucional ocorre quando o agente submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência ou outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização.

35. Acerca dos crimes contra a administração pública, marque a opção INCORRETA:

- (A) O crime de Peculato consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- (B) O ato de extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo, sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, exemplifica um tipo de crime praticado por funcionário público contra a administração em geral.
- (C) O agente que exige para si, de forma direta, em razão da função, vantagem indevida, comete o delito de corrupção passiva.
- (D) O crime de Prevaricação define-se por retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (E) O funcionário que deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, incorre no delito de condescendência criminosa.

36. O agente que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, age em

- (A) estado de necessidade.
- (B) legítima defesa.
- (C) estrito cumprimento de dever legal.
- (D) exercício regular de direito.
- (E) inexigibilidade de conduta diversa.

37. De acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), marque a opção INCORRETA:

- (A) Não se deve impor a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de dezoito anos, ou maior de setenta, nem a aplicar a mulher em estado de gravidez.
- (B) Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.
- (C) Não constituem trabalhos forçados ou obrigatórios os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente.
- (D) Toda pessoa detida ou retida deve ser informada das razões da sua detenção e notificada, sem demora, da acusação ou acusações formuladas contra ela.
- (E) É reconhecido o direito pleno de reunião pacífica e sem armas, não podendo o exercício de tal direito estar sujeito às restrições previstas em lei.

38. Segundo a Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997, que define os crimes de tortura, constitui crime de tortura, EXCETO:

- (A) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.
- (B) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.
- (C) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa.
- (D) submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
- (E) Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a exhibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública.

39. Em conformidade com a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”, marque a opção CORRETA:
- (A) A violência doméstica e familiar contra a mulher é configurada como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, desde que envolva relação íntima de afeto, na qual o agressor coabite ou tenha coabitado com a ofendida.
 - (B) Uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher compreende a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
 - (C) A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá a algumas diretrizes, dentro das quais se encontra a acareação entre a depoente e o investigado ou suspeito da agressão, quanto a questões imprescindíveis à elucidação dos fatos em apuração.
 - (D) A verificação da existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, não permite que o agressor seja afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida a não ser por ordem escrita e fundamentada de autoridade judicial.
 - (E) O descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha não constitui crime.
40. À luz do que dispõe a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que versa sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as opções abaixo e marque a INCORRETA:
- (A) O ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
 - (B) O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.
 - (C) A autoridade competente, tendo verificado a prática de ato infracional, poderá aplicar ao adolescente, dentre outras medidas, a liberdade assistida.
 - (D) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, não podendo exceder o período máximo de cinco anos.
 - (E) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente. Havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e em se tratando de ato infracional praticado em coautoria com maior, prevalecerá a atribuição da repartição especializada, que, após as providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto à repartição policial própria.
41. Sobre o processo administrativo de trânsito, marque a opção CORRETA:
- (A) Ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará, dentre outras informações, a data de vencimento da penalidade imposta pelo agente da autoridade de trânsito.
 - (B) O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência.
 - (C) O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente se, no prazo máximo de trinta dias, não for expedida a notificação da penalidade.
 - (D) O prazo para apresentação de defesa prévia não será inferior a 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da multa por via postal.
 - (E) O recolhimento do valor da multa implica renúncia ao questionamento administrativo, o qual não poderá mais ser realizado perante a autoridade de trânsito.

42. De acordo com a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, marque a opção INCORRETA:
- (A) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
 - (B) Tem-se como um dos objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito.
 - (C) Compõe o Sistema Nacional de Trânsito o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), o qual atua como coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo.
 - (D) Compete às JARI julgar a defesa prévia interposta pelos infratores.
 - (E) Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, além de outras competências, fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar.
43. São exemplos de medidas administrativas, EXCETO:
- (A) Advertência por escrito.
 - (B) Remoção do veículo.
 - (C) Transbordo do excesso de carga.
 - (D) Realização de teste de dosagem de alcoolemia ou perícia de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.
 - (E) Realização de exames de aptidão física, mental, de legislação, de prática de primeiros socorros e de direção veicular.
44. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas, EXCETO:
- (A) A circulação far-se-á pelo lado direito da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas.
 - (B) Quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem, no caso de rotatória, aquele que estiver circulando por ela.
 - (C) O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos não poderá ocorrer, sob qualquer circunstância.
 - (D) Os veículos precedidos de batedores terão prioridade de passagem, respeitadas as demais normas de circulação.
 - (E) Os veículos prestadores de serviços de utilidade pública, quando em atendimento na via, gozam de livre parada e estacionamento no local da prestação de serviço, desde que devidamente sinalizados, devendo estar identificados na forma estabelecida pelo CONTRAN.
45. Acerca das prerrogativas inerentes aos guardas municipais, estabelecidas consoante o Estatuto Geral das Guardas Municipais, marque a opção INCORRETA:
- (A) Nos primeiros 04 (quatro) anos de funcionamento, a guarda municipal poderá ser dirigida por profissional estranho a seus quadros, preferencialmente, com experiência ou formação na área de segurança ou defesa social.
 - (B) Para ocupação dos cargos em todos os níveis da carreira da guarda municipal, deverá ser observado o percentual mínimo para o sexo feminino, definido em lei municipal.
 - (C) Aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo, conforme previsto em lei.
 - (D) O direito ao porte de arma de fogo dos guardas municipais suspende-se somente em razão de decisão judicial ou justificativa da adoção da medida pelo respectivo dirigente.
 - (E) Ao guarda municipal é assegurado o recolhimento à cela, isolado dos demais presos, quando sujeito à prisão antes de condenação definitiva.

46. Consoante a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), são princípios da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), EXCETO:
- (A) Proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública.
 - (B) Fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis.
 - (C) Eficiência na prevenção e no controle das infrações penais.
 - (D) Otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições.
 - (E) Simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade no serviço prestado à sociedade.
47. São princípios mínimos de atuação das guardas municipais, previstos no Estatuto Geral das Guardas Municipais, EXCETO:
- (A) Proteção dos bens, equipamentos e prédios públicos do município.
 - (B) Preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas.
 - (C) Patrulhamento preventivo.
 - (D) Compromisso com a evolução social da comunidade.
 - (E) Uso progressivo da força.
48. De acordo com a Lei de criação da Guarda Municipal de Beneditinos, são finalidades da Guarda Municipal, EXCETO:
- (A) Prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, os serviços e as instalações municipais.
 - (B) Atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego da Polícia Militar.
 - (C) Atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, os serviços e as instalações municipais.
 - (D) Colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas.
 - (E) Exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal.
49. Tendo como base a Lei Orgânica do Município de Beneditinos-PI, marque a opção INCORRETA:
- (A) A bandeira, o hino e o Brasão são símbolos oficiais do Município de Beneditinos-PI, representativos de sua cultura e de sua história.
 - (B) Um dos objetivos fundamentais do Município de Beneditinos é construir uma sociedade livre, justa e solidária.
 - (C) O Município de Beneditinos rege-se, nas suas relações intermunicipais, dentre outros princípios, pelo princípio da defesa da paz.
 - (D) Todos aqueles nascidos no território do Município e os que, na forma da lei, adquiram através da Câmara Municipal o título de cidadania são considerados beneditinenses.
 - (E) O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em Distritos a serem criados, organizados, extintos ou fundidos a qualquer tempo, bastando somente proposta de iniciativa do Prefeito, a qual deve ser aprovada por maioria absoluta da Câmara Municipal.

50. Conforme o Código de Posturas do Município de Beneditinos-PI, marque a opção CORRETA:

- (A) O infrator terá o prazo de dez dias para apresentar defesa, devendo fazê-la em requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Administração.
- (B) A instalação de indústrias, dentro do perímetro da cidade e povoações, que por natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados ou por qualquer outro motivo, possam prejudicar a saúde pública, somente pode ocorrer mediante autorização do Prefeito Municipal, após apresentação da licença ambiental correspondente.
- (C) Os vendedores ambulantes não poderão vender frutas descascadas, cortadas ou em fatias.
- (D) Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem em seu recinto, cassando-se sua licença de funcionamento em caso de desordem, algazarra ou barulho verificados nos referidos estabelecimentos.
- (E) As diversões públicas, que, para efeito do Código de Posturas do Município, são as que se realizam nas vias e logradouros públicos ou em recintos fechados de livre acesso ao público, independente de licença do município.